

Congresso APSS – Aveiro, 24 de Maio de 2002

### **As condições éticas da intervenção social**

Tópicos da intervenção de Luís Moita

Começo por um brevíssimo tempo de recapitulação, a fim de recordar que chão pisamos quando nos referimos à ética e à deontologia. Introduzo assim quatro notas.

Primeira nota. Qual o território?

Já que falei do chão que pisamos, vem a propósito inquirir sobre o território. O espaço da ética é o território da liberdade, da possibilidade de escolha, da capacidade de dar respostas. É isso que se pode associar ao conteúdo do termo responsabilidade: capacidade de dar respostas. Tal acontece porque nem todo o comportamento humano está programado, nem corresponde a um determinismo irresistível. Há um terreno mais ou menos estreito onde se exerce a nossa margem de manobra, a nossa capacidade de decisão.

Segunda nota. Qual a paisagem?

Por outras palavras: quem povoa o território? O território da ética é habitado pelo humano e mais concretamente pela relação inter-humana, seja qual for a escala em que esta se realize, desde o face a face personalizado, até à dimensão do colectivo (que, sendo multidão, de algum modo anónima, nem por isso é menos humano). A ética não é uma higiene, não é uma estética, é o desejo e o imperativo de qualidade dos valores presentes na relação humana.

Terceira nota. Qual a prerrogativa?

Qual a prerrogativa de quem habita essa paisagem no interior desse território? É a possibilidade de nos construirmos reciprocamente. Entre os humanos há

uma espécie de cumplicidade onde a consistência de cada um é feita pela interacção com os outros. Quando a relação é de sinal positivo, o processo é humanizante e as pessoas tornam-se melhores graças aos seus semelhantes. Onde existe respeito e reconhecimento mútuo há reciprocidade na valorização da cada um.

Quarta nota. Qual a contrapartida?

A contrapartida é a possibilidade de nos entredestruirmos. Quando a relação é de sinal negativo, torna-se destrutiva. O processo relacional, que poderia ser humanizante, torna-se por vezes factor de desumanização. A ética confronta-nos com este enigma que é o de podermos-nos estragar uns aos outros. Aí reside a causa da seriedade, a razão da densidade e mesmo do dramatismo da ética. É a contrapartida da prerrogativa.

Vistas estas notas introdutórias, adiantemos algumas reflexões acerca do ambiente, da atmosfera em que se situa a nossa intervenção social no tempo presente, a fim de melhor situar o exercício da nossa responsabilidade ética. Embora seja arriscado generalizar, podemos ensaiar a identificação de um certo número de características desse ambiente.

Uma delas é a frequência do imprevisto, a ocorrência do improvável.

Quem poderia prever o desmoronar do império soviético? Quem poderia imaginar que assistiríamos em directo à utilização do avião-bomba contra o arranha-céus? Quem arriscaria prever com quanta rapidez se introduziria o debate sobre a tentação da clonagem? A aceleração da mudança parece caracterizar o nosso tempo, mesmo nas coisas que julgávamos mais estáveis. Ainda há dias um constitucionalista português me referia quantas normas tinham mudado na nossa lei fundamental nos últimos cinco ou seis anos, desde a referência à identidade genética até aos princípios da extradição para o Tribunal Penal Internacional. E isso passa-se com a Constituição, reputada razoavelmente imutável. Portanto, aceleração da mudança. Profundas transições estão em curso e de algumas delas ainda estamos longe de entender os contornos (é o que ocorre, por exemplo com a evolução da sociedade industrial – ainda há pouco as eleições francesas e a geografia

eleitoral da extrema direita parecem susceptíveis de interpretação à luz da crise das regiões de velha industrialização).

Uma outra característica é a do pluralismo.

O pluralismo aponta para uma dupla diversidade. Por um lado, a diversidade das estratégias pessoais. O individualismo contemporâneo leva a sociedades tolerantes, abertas à diferença, respeitadoras das opções individuais. O individualismo contraria as visões holísticas ou totalizantes que costumavam dominar a maneira de pensar. Para simplificar, havia um holismo de direita, segundo o qual o nacionalismo tinha a última palavra, de modo que o indivíduo ficava subordinado aos interesses da Nação como um todo, pela qual deveria estar disposto a dar a vida. Havia um holismo de esquerda para o qual os destinos individuais estavam absorvidos pelos destinos colectivos e a pessoa estava ao serviço da classe, num processo algo determinista. Em ambos os casos, presumia-se conhecer a marcha da história, a lógica dos acontecimentos, as tarefas colectivas que impendiam sobre os indivíduos. Hoje há tendência para rejeitar visões totalizantes e as opções de cada um são mais determinadas pelas estratégias pessoais.

Por outro lado, o pluralismo tem a ver com a diversidade cultural no interior das nossas sociedades. A pluralidade das culturas transforma o ambiente em que vivemos, confrontando-nos com essa diversidade. A consciência do multiculturalismo tem-se imposto e desse fenómeno podem resultar ou sociedades intransigentes e fanáticas ou sociedades abertas, tolerantes, valorizando as diferenças e enriquecendo-se com a mestiçagem cultural.

Uma terceira característica que podemos destacar é a da relativa diluição das fronteiras e, simultaneamente, a fragilização dos poderes públicos.

Habitúamo-nos a entender a palavra sociedade como referenciada a um país, coincidindo as fronteiras de uma e de outro. Falamos regularmente de sociedade portuguesa, ou inglesa, ou alemã... Mas esse sentido tornou-se problemático. As dinâmicas sociais extravasam os contornos dos países. As políticas públicas já não se projectam num espaço fechado, ao abrigo de influência exteriores. Em consequência, os poderes políticos perdem margem

de manobra, as fronteiras tornam-se porosas, os centros de decisão multiplicam-se em detrimento do seu controlo democrático. A debilitação dos poderes públicos é uma tendência pesada da actualidade, tendência que não pode ser ignorada na intervenção social.

Uma quarta característica resume-se na dialéctica globalização/exclusão.

O tema é batido e dispensa interpretação detalhada. Vivemos tempos onde duas dinâmicas coexistem, uma globalista que parece ter tornado mais próximo o distante, outra, contraditória com esta, que estabelece a crescente marginalização de vastas áreas humanas. Isto passa-se tanto no interior das nossas sociedades como à escala planetária. No próprio momento em que muitas comunidades são absorvidas pela lógica do mercado mundial, nesse mesmo momento são excluídas dos seus benefícios. Tal contradição é geradora não apenas de assimetrias mas de distorções profundas, tão indignas quanto ameaçadoras. Uma contradição cuja tendência para se agravar deixa em aberto uma grave ferida da nossa vivência colectiva.

Em resumo: a aceleração da mudança e a frequência do imprevisto; a marca do pluralismo, seja pela diversidade de estratégias individuais, seja pelo multiculturalismo; a diluição dos poderes territorializados dentro de fronteiras estabelecidas; o fenómeno da exclusão a coincidir com a interdependência global – são algumas características da situação presente. A intervenção social precisa de as ter em conta, sob pena de perder enraizamento na realidade.

Esta situação tem aspectos inquietantes e suscita reacções compreensíveis. A nossa acção enfrenta dificuldades ao colocar-se num novo xadrez onde com frequência estão presentes a solidão emocional, o vazio político e a economia virtual. Perdemos confiança na ideia de progresso e vivemos com incerteza um itinerário que já não percebemos como linear em direcção a um futuro melhor. A noção de complexidade pertence obrigatoriamente ao nosso vocabulário, contra as leituras redutoras que sejam insensíveis ao carácter literalmente complexo da realidade. Face ao pluralismo que constatámos, as normas éticas podem desvalorizar-se e as nossas convicções incorrem no risco da crispação e da intolerância, podendo dar origem aos fundamentalismos de muitas espécies.

Porventura mais desarmados do que no passado, temos de reconstruir critérios para a acção responsável. Precisamos de renegociar entre nós as exigências da relação humana, adquirindo consensos sólidos e alargados. Espaços públicos como o deste Congresso são justamente momentos privilegiados para a obtenção de consensos que sejam referências para o agir. Contra o indiferentismo, rejeitando a ideia que tudo se equivale ou de que cada um é juiz supremo e critério último da sua própria acção, devemos contratualizar acordos sobre o que fazer, evitando tanto o dogmatismo como o arbitrário.

No caminho dessa contratualização, dessa obtenção de consensos, será talvez útil referenciar meia dúzia de tópicos já propostos por diversas instâncias, à maneira de outros tantos compromissos que possam balizar a nossa acção colectiva.

Primeiro, o compromisso por uma cultura de não-violência. É o principal antídoto para o risco de destruição recíproca entre nós. Contra a ameaça da violência em espiral, contra vingança que atrai a vingança, contra o poder destrutivo da nossa relação com os outros, impõe-se a cultura da não-violência. A abolição da guerra, outrora pensada como miragem idealista, parece hoje tornar-se possibilidade e necessidade. O respeito por qualquer forma de vida é a faceta positiva desta urgente forma de cultura.

Segundo, o compromisso pela tolerância. Dado o pluralismo acima referido, dele decorre a necessidade de atitudes que viabilizem a convivência e a valorização das diferenças. O respeito pela diversidade das estratégias pessoais há-de vir a par do respeito pela diversidade das culturas. Daí o imperativo dos dispositivos democráticos enquanto procedimentos ao serviço da tolerância.

Terceiro, o compromisso pela solidariedade. A amplitude do fenómeno da exclusão deveria vincular-nos a um compromisso firme a favor da justiça social. Contrariando a marginalização de multidões, impõe-se que o económico se subordine ao humano e ao social, seja na tomada de decisões respeitantes à gestão global, seja nas políticas de pequena escala.

Quarto, o compromisso pela relação de igualdade e de companheirismo entre homem e mulher. Olhado por vezes como requisito secundário ou mesmo como critério dispensável, a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens surge crescentemente como dimensão basilar das sociedades humanizadas e harmoniosas.

Quinto, o compromisso pelo planeta Terra, em nome da sustentabilidade do desenvolvimento e da adequação entre recursos naturais e necessidades humanas. Mas também em nome da capacidade para refazermos a relação com a natureza, longe da mentalidade predadora, no respeito pelo mundo físico e pela multiplicidade das formas de vida.

Estes cinco pontos exemplificam o exercício que nos é pedido para alcançarmos consensos de referência para as práticas sociais. Eles podem ter uma utilidade específica no caso dos técnicos de serviço social, os quais têm como campo de trabalho o domínio de uma estreita articulação entre a relação individual e a esfera do colectivo. Por um lado, eles situam-se no face a face, na atenção à singularidade de cada pessoa; por outro, sabem que os modos de vida de cada um se enraízam nas políticas públicas, nas macro-decisões, na dimensão social. Daí resultam estas e outras responsabilidades próprias de natureza ética no exercício da sua actividade profissional.